**Requerimento Nº 1880/2022**

**Súmula**: - Requer informações do Executivo, sobre a execução no município da Lei nº 2.504 de 19 de outubro de 2017 – “Dispõe sobre a Criação do Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social”.

**REQUEIRO** à Mesa, após ouvido o Douto Plenário na forma regimental vigente, seja oficiado ao Excelentíssimo Igor Soares, Prefeito Municipal, para retornar quanto a execução no município da Lei nº 2.504 de 19 de outubro de 2017 – “Dispõe sobre a Criação do Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social”.

**Justificativa**

**Senhor Presidente: -**

**Senhores Vereadores: -**

**Senhoras Vereadoras:**

Buscando sempre trazer uma melhor qualidade e bem estar aos nossos munícipes é que em 2017 entrei com o pedido para um Projeto de Lei onde os moradores tivessem a chance de construir e regularizar seus imóveis através de uma assistência técnica gratuita para habitação, projeto esse, que o Executivo sancionou através da Lei nº 2.504 de 19 de outubro de 2017 e que deveria ser regulamentada através de Decreto.

Hoje, temos dentro do contexto da Lei Complementar nº 143/2021 do Plano Diretor em seu teor, o Capítulo II onde se transcreve em suas proposituras o referido assunto e que através da Lei acima citada dará melhores condições nos interesses dos munícipes em solicitarem o benefício, segue o redigido:

... “CAPÍTULO II  
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
  
**Art. 13.** A Política Municipal de Habitação compreende a produção e regularização fundiária voltada à Habitação de Interesse de Interesse Social (HIS) e à Habitação de Mercado Popular (HMP) e assenta-se:  
  
I - no Estatuto da Cidade, Lei Federal [**10.257**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm#:~:text=Regulamenta%20os%20arts.,urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.)/01;  
  
II - na Lei Federal nº [**11.124**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-complementar/2021/15/143/lei-complementar-n-143-2021-institui-o-plano-diretor-participativo-de-itapevi-e-da-outras-providencias?q=143%2F2021)/05, que instituiu a Política Nacional de Habitação de Interesse Social, e  
  
III - na Lei Federal [**13.465**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,da%20Uni%C3%A3o%3B%20e%20d%C3%A1%20outras)/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e  
  
IV - na [**Lei Orgânica**](https://leismunicipais.com.br/a2/lei-organica-itapevi-sp) Municipal e demais normas municipais, em especial no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).  
  
**Art. 14.** São objetivos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social:  
  
I - garantir o direito à moradia digna como direito social, conforme previsto no Art. 6º da Constituição da República;  
  
II - promover a urbanização e a regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários;  
  
III - garantir o acesso à terra urbanizada, com reversão da tendência de periferização e ocupação de espaços inadequados pela população de baixa renda, utilizando os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;  
  
IV - reduzir o déficit habitacional, e  
  
V - estimular a produção de Habitação de Interesse Social, ampliando a oferta e melhorando as condições de habitabilidade da população de baixa renda.  
  
Parágrafo único. A execução da Política Municipal de Habitação deverá ser articulada à Política Ambiental, tendo como foco principal:  
  
I - inibir novas ocupações irregulares em áreas ambientalmente frágeis e  
  
II - recuperar as áreas de risco e as áreas de proteção ambiental, especialmente aquelas ocupadas por moradia e que não são passíveis de urbanização ou de regularização fundiária.  
  
**Art. 15.** Os programas, as ações e os investimentos, públicos e privados, em Habitação de Interesse Social serão orientados pelas seguintes diretrizes:  
  
I - ampliação dos investimentos públicos municipais em política habitacional de interesse social, com vistas à melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, vinculando recursos orçamentários ao Fundo Habitacional de Interesse Social, criado pela Lei nº [**2.709**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2019/270/2709/lei-ordinaria-n-2709-2019-dispoe-sobre-a-criacao-do-fundo-habitacional-de-interesse-social-do-municipio-de-itapevi-habita-itapevi-e-cria-o-conselho-gestor), de 23 de agosto de 2019, inclusive para aquisição de terra e produção habitacional;  
  
II - promoção da urbanização e regularização urbanística, jurídica, fundiária e ambiental dos assentamentos habitacionais precários e irregulares;  
  
III - priorização do atendimento da população de baixa renda residente em imóveis ou áreas insalubres, áreas de risco e áreas de preservação permanente e implementação de programas de reabilitação física e ambiental dessas áreas, de modo a garantir a integridade física, o direito à moradia e a recuperação da qualidade ambiental das mesmas;  
  
IV - inibição da ocupação irregular de novas áreas mediante a aplicação de normas adequadas, de instrumentos urbanísticos e de ações de fiscalização;  
  
V - fomento a empreendimentos de Habitação de Interesse Social por meio de entidades;  
  
VI - incentivo a empreendimentos que garantam maior diversidade nas tipologias habitacionais, e implementação de um programa de assistência técnica à construção de habitações de interesse social, e  
  
VII - associação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social a programas sociais de geração de renda.  
  
**Art. 16.** O Poder Executivo revisará o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), compatibilizando-o com este Plano Diretor Participativo.  
  
Parágrafo único. A revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) deverá observar o seguinte conteúdo mínimo:  
  
I - avaliação dos resultados parciais do Plano Local de Interesse Social elaborado em 2009, no que diz respeito:  
  
a) à efetivação das estratégias delineadas;  
b) ao desempenho dos programas habitacionais, e  
c) à realização das ações nele recomendadas, com base em indicadores quantitativos e qualitativos previamente definidos;  
  
II - atualização do diagnóstico habitacional, com a devida revisão e complementação das necessidades habitacionais e caracterização dos assentamentos precários;  
  
III - revisão, atualização e complementação das linhas programáticas e do Plano de Ação;  
  
IV - programa de regularização fundiária e urbanística dos assentamentos precários e loteamentos irregulares de baixa renda;  
  
V - revisão dos custos totais para atendimento do déficit habitacional e da inadequação, e  
  
VI - dimensionamento da quantidade de terra urbana necessária ao atendimento do déficit e identificação e localização de terras aptas para novos empreendimentos habitacionais de interesse social.”

Trazendo aqui também o texto da Lei nº 2.504/2017, na íntegra:

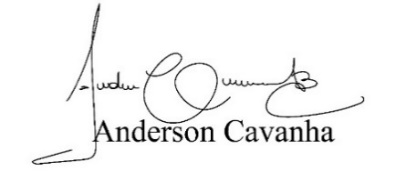
## **“LEI Nº 2504, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.**

# "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA E GRATUITA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL".

(Autógrafo nº 080/2017 - Projeto de Lei nº 81/2017 - do Legislativo - Autor: ANDERSON CAVANHA - PR.)  
  
IGOR SOARES EBERT, Prefeito do Município de Itapevi/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:  
  
**Art. 1º** Fica autorizada a Prefeitura Municipal de Itapevi instituir o Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita para projeto, construção, reforma e regularização predial de Habitação de Interesse Social no Município de Itapevi, incluindo a política de acessibilidade como parte integrante do direito social a moradia previsto no artigo 6º da Constituição Federal e, consoante o especificado pelo artigo 4º, inciso V, alínea "r", da lei [**10.257**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm#:~:text=Regulamenta%20os%20arts.,urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.), de 10 de julho de 2001 - Estatuto das Cidades- que regulamenta os artigos 182 e 183, da Constituição Federal, e da outras providências.  
  
§ 1º O direito à assistência técnica prevista neste artigo, fundamenta-se nas disposições contidas na Lei [**11.888**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2017/251/2504/lei-ordinaria-n-2504-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita-para-habitacao-de-interesse-social?q=2504+de+19+de+outubro+de+2017) de 24 de dezembro de 2008, Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita, e compreende também às demais legislações estaduais e federais que destinem recursos para a mesma finalidade, em especial a Lei [**11.124**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2017/251/2504/lei-ordinaria-n-2504-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita-para-habitacao-de-interesse-social?q=2504+de+19+de+outubro+de+2017) de 16 de junho de 2005, seu artigo 12 e incisos.  
  
**Art. 2** ª O presente Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita é voltado aos grupos familiares com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas e rurais, uma única vez, nos termos da Lei Federal nº [**11.888**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2017/251/2504/lei-ordinaria-n-2504-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita-para-habitacao-de-interesse-social?q=2504+de+19+de+outubro+de+2017), de 24 de dezembro de 2008.  
  
§ 1º O direito à assistência técnica prevista no caput deste artigo, abrange todos os trabalhos de projeto, edificação, acompanhamento, reforma, ampliação, execução de obra e regulamentação fundiária da habitação, a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.  
  
§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo, objetiva, dentre outros:  
  
I - resgatar a cidadania e moradia digna a população de baixa renda, população idosa e portadora de deficiência física, adequando as Habitações de Interesse Social, às condições mínimas de habitabilidade e conforto;  
  
II - garantir segurança estrutural das habitações beneficiadas, mediante acompanhamento técnico profissional;  
  
III - formalizar o processo de edificação reforma ou ampliação da habitação, além de adotar procedimentos de regularização fundiária de habitações de interesse social, perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;  
  
IV - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na execução da obra;  
  
V - evitar a ocupação de área de risco e de interesse ambiental, ou mitigar os impactos resultantes dessa ocupação e,  
  
VI - possibilitar e qualificar a ocupação urbana, em atenção às legislações urbanas e ambientais, em especial a legislação municipal vigente.  
  
**Art. 3º** O beneficiário da Assistência Técnica Pública e Gratuita deverá ser proprietário possuidor de um único imóvel no Município de Itapevi há ao menos 03 (três) anos, ser destinado a moradia própria e com área mínima de acordo com o zoneamento definido pela legislação municipal.  
  
**Art. 4º** Fica o Município de Itapevi autorizado a firmar convênio com o Governo Federal visando o repasse de recursos para a implementação do Programa de Assistência Técnica Pública e Gratuita, de acordo com o previsto na Lei Federal nº [**11.888**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2017/251/2504/lei-ordinaria-n-2504-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita-para-habitacao-de-interesse-social?q=2504+de+19+de+outubro+de+2017), de 24 de dezembro de 2008.  
  
**Art. 5º** A assistência técnica poderá ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados, que as representem, com sede neste município de Itapevi, com ao menos dois anos de atuação na área de habitação popular no período anterior ao início dos programas de Assistência Técnica Pública e Gratuita que venham a ser implantados na cidade de Itapevi.  
  
Parágrafo único. Os serviços de assistência técnica deverão priorizar as iniciativas a serem implantadas:  
  
I - sob-regime de autoconstrução ou mutirão;  
  
II - em zonas habitacionais declaradas em lei municipal - Plano Diretor/[**Lei Orgânica**](https://leismunicipais.com.br/a2/lei-organica-itapevi-sp)- como de interesse social.  
  
**Art. 6º** A seleção dos beneficiários finais dos serviços de assistência técnica e o atendimento direto a estes beneficiários deverão ocorrer por intermédio de sistemas de atendimento implantado por órgão colegiado municipal determinado pelo Poder Executivo, com composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil em consonância com a Lei Federal [**11.888**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2017/251/2504/lei-ordinaria-n-2504-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita-para-habitacao-de-interesse-social?q=2504+de+19+de+outubro+de+2017) de 2008.  
  
§ 1º O Executivo Municipal regulamentará através de decreto, os critérios de seleção dos beneficiados pelos serviços de assistência técnica pública e gratuita.  
  
§ 2º A seleção dos beneficiários deverá observar o quanto estatuído na Lei Federal [**13.146**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=Art.,sua%20inclus%C3%A3o%20social%20e%20cidadania.) de 06 de julho de 2015 - Estatuto do Deficiente Físico, em especial em seu artigo 3º, inciso IV, alínea "b" e artigos 31 ao 33.  
  
§ 3º O Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita devera guardar identidade de prioridade descrita no parágrafo anterior, também em relação à pessoa idosa, em atenção à Lei federal [**10.741**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm) de 1º de outubro de 2003- Estatuto do Idoso-, em especial ao prelecionado em seu artigo 3º, inciso II e caput do artigo 38.  
  
§ 4º A seleção dos beneficiários dos serviços de previstos nesta lei, a aprovação dos valores a serem repassados aos profissionais credenciados e a forma do atendimento e da prestação serão levados à apreciação do órgão municipal competente.  
  
**Art. 7º** Os serviços de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social, previstos por essa lei, deverão ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, inscritos nos respectivos conselhos profissionais regionais e que atuem como:  
  
I - Servidores Públicos do município de Itapevi, desde que sem remuneração adicional;  
  
II - Integrantes de equipes de organizações não governamentais sem fins lucrativos, como associações ou entidades ligadas aos conselhos profissionais de engenharia, arquitetura e urbanismo.  
  
§ 1º O Município de Itapevi fica autorizado a firmar convênios ou termos de parceria, inclusive com previsão de contrapartidas, com as entidades representativas das categorias profissionais de engenharia, urbanismo, arquitetura, instituições de ensino e pesquisa e afins, interessadas em participar do Programa Municipal de Assistência Técnica Pública e Gratuita na realização do projeto, construção, reforma e regularização predial de Habitação de Interesse Social no Município.  
  
§ 2º Caberá às entidades conveniadas selecionar e indicar os profissionais autônomos interessados em participar do Programa, assegurando ampla participação.  
  
§ 3º A regulamentação dos convênios previstos no parágrafo anterior será feita por ato do Poder Executivo Municipal.  
  
§ 4º Em qualquer das modalidades de atuação previstas neste artigo, deverá ser assegurada a devida anotação de responsabilidade técnica.  
  
**Art. 8º** Com o objetivo de capacitar os profissionais e a comunidade usuária para a prestação dos serviços de assistência técnica previstos nesta lei, poderão ser firmados convênios entre este município e entidades promotoras de capacitação profissional, residência ou extensão universitária nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.  
  
Parágrafo único. Os convênios ou termos de parceria previstas no caput deste artigo devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.  
  
**Art. 9º** As ações protocoladas na prefeitura do município, dentro das ações de assistência técnica definida por esta lei, serão objeto de definição por parte do Poder Executivo, de critérios de celeridade e simplificação.  
  
**Art. 10** As ações do poder Público Municipal para atendimento ao disposto no artigo 2º deverão ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, com as políticas habitacionais da União e do Estado, a fim de se evitar sobreposições e otimizar resultados.  
  
**Art. 11** Os serviços de Assistência Técnica Pública e Gratuita poderão ser custeados pelas seguintes fontes de recursos:  
  
I - Recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social;  
  
II - Recursos do Governo Estadual;  
  
III - Recursos do Fundo Municipal de Habitação de interesse Social;  
  
IV - Recursos previstos na Lei Orçamentária Municipal e,  
  
V - Recursos privados, dentre outros.  
  
Parágrafo único. Os recursos financeiros repassados pelo Governo Federal, em virtude da Lei Federal nº [**11.888**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2017/251/2504/lei-ordinaria-n-2504-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita-para-habitacao-de-interesse-social?q=2504+de+19+de+outubro+de+2017), de 24 de dezembro de 2008, serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Itapevi, em atendimento à Lei Federal Nº [**11.124**](https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itapevi/lei-ordinaria/2017/251/2504/lei-ordinaria-n-2504-2017-dispoe-sobre-a-criacao-do-programa-municipal-de-assistencia-tecnica-publica-e-gratuita-para-habitacao-de-interesse-social?q=2504+de+19+de+outubro+de+2017), de 16 de junho de 2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.  
  
**Art. 13** As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento.  
  
**Art. 14** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
  
Prefeitura Municipal de Itapevi, 19 de outubro de 2017.”

Fonte: site : Leis Municipais.< Acesso em 31 de outubro de 2022>.  
  
 Gostaria que a Prefeitura Municipal através da secretaria competente retornasse a esta Casa de Leis com um parecer sobre como a Lei está sendo executada, divulgada e relatando o atual interesse da população em busca das informações para o processo de regularização.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 31 de outubro de 2022.



**(Bruxão Cavanha)**

**Vereador - PL**